

## OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO COMO ESPAÇOS NÃO-FORMAIS PARA A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Silvana Medeiros Costa Cavalcante <sup>1</sup>  
Jarbas Mauricio Gomes <sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho explora a relação entre os espaços não-formais de ensino e a prática da educação em saúde na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O estudo é parte de uma pesquisa exploratória, com apoio documental e bibliográfico, com abordagem qualitativa que investiga os espaços pedagógicos para a prática da educação em saúde em um Campus do Instituto Federal de Alagoas, desenvolvida no ProfEPT/Ifal na linha Organização e memórias de espaços educativos na EPT. Ao longo da pesquisa verificou-se que, embora a EPT esteja alicerçada em uma concepção de formação omnilateral, a saúde é um tema pouco explorado nos currículos do Ensino Médio Integrado e nas atividades formais de ensino. Entretanto, os Institutos possuem um quadro profissional de Técnicos administrativos em educação (TAEs) formados em áreas como enfermagem, medicina, odontologia e psicologia e que, como parte de suas atribuições, promovem orientações e trabalhos de prevenção de doenças e cuidado com a saúde. Verificou-se que a educação em saúde, mesmo quando realizada pelos TAEs do Ifal, por não se tratar da atividade fim, é uma atividade não-formal de ensino que disputa os espaços institucionais com as atividades formais de ensino. Embora a realização da educação em saúde se configure como um desafio, é possível explorar o uso dos espaços não-formais, como os murais, os corredores, as áreas de convivência e as estruturas como auditórios, salas de vídeo e salas de reuniões. Justamente por se configurar como ação não-formal, a educação em saúde pode e deve se valer dos pressupostos de uma concepção pedagógica que compreende os estudantes como seres históricos, para quem o universo cultural contribui no processo formativo. Ao ocupar esses espaços, os profissionais da saúde fazem dos Institutos um espaço não-formal para a prática da educação em saúde e contribuem para que a EPT cumpra seu papel formativo.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica, Educação em saúde, Espaços pedagógicos, Espaços não-formais, Ensino Médio Integrado

### INTRODUÇÃO

Segundo a Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu art. 1º, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Curso do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/Ifal-CABB) - AL, : silvanamedeiros@gmail.com;

<sup>2</sup> Doutor em Educação; Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/Ifal-CABB), : jarbas.gomes@ifal.edu.br

Freire, ao expor a educação, apresentou em suas obras que esta deve ser multicultural, ética, libertadora e transformadora, e ainda, apresentava a educação para os mais variados indivíduos que apresentam e arrazoam as mais distintas formas de viver e de pensar (Ferreira; Melo; Nunes, 2014). Ainda, Freire propunha a interdisciplinaridade, entre educação e saúde, conferindo a mudança da realidade, tendo em seu bojo a autonomia e a independência (Camargo Júnior et al., 2014).

Quando se fala de educação em saúde, nota-se que se trata de uma técnica para a mudança da forma de vida das pessoas e da sociedade em geral, e, por conseguinte, a melhoria da qualidade de vida e da saúde de todos os envolvidos (Mallmann et al., 2015).

Para o Ministério da Saúde (2022, p. 1), educação em saúde tem como definição o

“Conjunto de práticas do setor que contribui para aumentar a autonomia das pessoas no seu cuidado e no debate com os profissionais e os gestores a fim de alcançar uma atenção de saúde de acordo com suas necessidades. [...] Processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação temática pela população.”

Historicamente no Brasil, as políticas públicas de Saúde e Educação, apresentavam-se em uma única unidade, até que na década de 1950, o então Ministério da Educação e Saúde (MES), foi dividido em dois: Ministério da Saúde e Ministério da Educação e Cultura (Ministério da Saúde, 2009). Mesmo atuando em ministérios separados a Saúde e Educação são setores que apresentam afinidades no âmbito das políticas públicas, sendo interligados por terem suas bases na universalização dos direitos fundamentais e com isso uma maior integração com os cidadãos.

Deste modo, a necessidade dessa integração se evidenciou ao ponto de haver da criação de políticas voltadas a saúde nos ambientes escolares.

O Decreto n. 6.286, de 5 de dezembro de 2017, instituiu o Programa Saúde na Escola, ficando estabelecido que tanto o Ministério da Educação quanto o Ministério da Saúde, contribuíssem com a formação integral dos discentes da rede pública de ensino através de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde (Brasil, 2007). Para tanto, o Programa Saúde na Escola:

“[...] visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Como consolidar essa atitude dentro das escolas? Essa é a questão que nos guiou para elaboração da metodologia das Agendas de Educação e Saúde, a serem executadas como projetos didáticos nas Escolas” (Ministério da Educação, 2018, p. 1).

No âmbito escolar, as estratégias em saúde utilizadas são fruto de esforços multissetoriais, que se articulam a fim de promover melhores condições de saúde e bem-estar para os integrantes da comunidade escolar, garantindo o seu desenvolvimento e oportunizando qualidade no aprendizado (Ippolito Shepherd, 2012).

Com efeito, a educação em saúde está encartada na Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Alagoas, em seu Art. 16, que versa: “Compete à Equipe Multidisciplinar de Saúde, no âmbito da PASS: [...] promoção da educação em saúde e da qualidade de vida no contexto escolar; [...] realizar ações de educação em saúde, no âmbito individual [...]” (Instituto Federal de Alagoas, 2020, p. 12).

A política educacional da educação profissional e tecnológica, em especial de formação técnica de nível médio, foi gestada e estruturada mediante a articulação com outras políticas setoriais do Estado brasileiro. Políticas que estavam vinculadas, principalmente, ao Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Saúde (MS), ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) dentre outros (Brasil, 2007).

Essa articulação fez com que os Institutos Federais contassem com uma estrutura de serviços de apoio ao ensino, dentre eles os serviços de saúde voltados aos estudantes e desenvolvidos por meio da Política de Assistência Estudantil (PAE). A Assistência Estudantil (AE) no Instituto Federal de Alagoas - IFAL têm se configurado como uma política institucional cuja regulamentação inicial, elaborada por uma equipe multiprofissional, materializou-se na Resolução n°25/CS, de 19 de julho de 2010. Ao longo dos anos, a PAE foi atualizada, com destaque para as resoluções n°22/CS de 2011 e n° 54/CS de 2013. Em 2016, a PAE passou por uma nova revisão que deu origem a Portaria n° 2173/GR, de 04 de outubro de 2016. Nesse processo, em 2012, foi criado o Fórum Permanente de Assistência Estudantil (FORPAE), uma instância democrática de caráter consultivo e propositivo que se constitui como um espaço de discussão para tratar das questões relacionadas à PAE/IFAL.

A educação em saúde, por não se tratar da atividade fim dos Institutos Federais, constitui-se como uma atividade não-formal de ensino que disputa os espaços institucionais com as atividades formais de ensino.

Essa condição nos levou a pensar que o espaço escolar, embora seja um espaço formal de ensino, torna-se um espaço não-formal para a realização das práticas de educação em saúde.

## METODOLOGIA

O artigo é parte de uma pesquisa exploratória, desenvolvida no ProfEPT/Ifal, na área do Ensino, linha de Organização e Memórias de Espaços Educativos na EPT, com metodologia pautada pela pesquisa-ação, abordagem qualitativa e apoio documental, tendo como universo de análise as práticas educativas aplicadas na saúde do Ifal.

A pesquisa, foi desenvolvida em três fases:

A primeira fase compreende a realização de uma revisão bibliográfica e da consulta de documentos Institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Anual de Atividade (Replenes), Política de Assistência Estudantil (PAE), Projeto Político Pedagógico e outros.

A segunda etapa do estudo, se deu após a obtenção de parecer favorável pelo Comitê de Ética. Nesta etapa, foram coletados informações sobre os espaços e as práticas de educação em saúde realizadas pela Instituição, através de aplicação de questionário estruturado e de entrevistas com os profissionais que compõem a equipe da Assistência Estudantil, formada no total de 11 profissionais, dos quais 09 responderam aos instrumentos aplicados, mediante ciência e aceite do termo de consentimento e livre esclarecimento .

Os dados coletados foram analisados a partir da técnica de Análise de Laurence Bardin (2011), pautada na definição de três fases: a) Pré-análise, b) Exploração do material, categorização ou codificação e c) Interpretação dos resultados. Em sendo assim esta etapa está sistematizada do seguinte modo:

### a) Coleta de dados

- Aplicação do questionário semi-estruturado
- Entrevista com os servidores da Assistência Estudantil (aplicação de questionários/entrevistas);

### b) Sistematização e análise dos dados

- Tabulação dos dados coletados por meio dos questionários;
- Transcrição das entrevistas;
- Criação das categorias de análise;
- Análise dos dados

Na construção do presente artigo, foram analisadas as respostas das questões 6, 9 e 12 retiradas dos instrumentos aplicados na pesquisa, fazendo um recorte das respostas que exploram as relações entre os espaços não formais e as prática de educação em saúde .

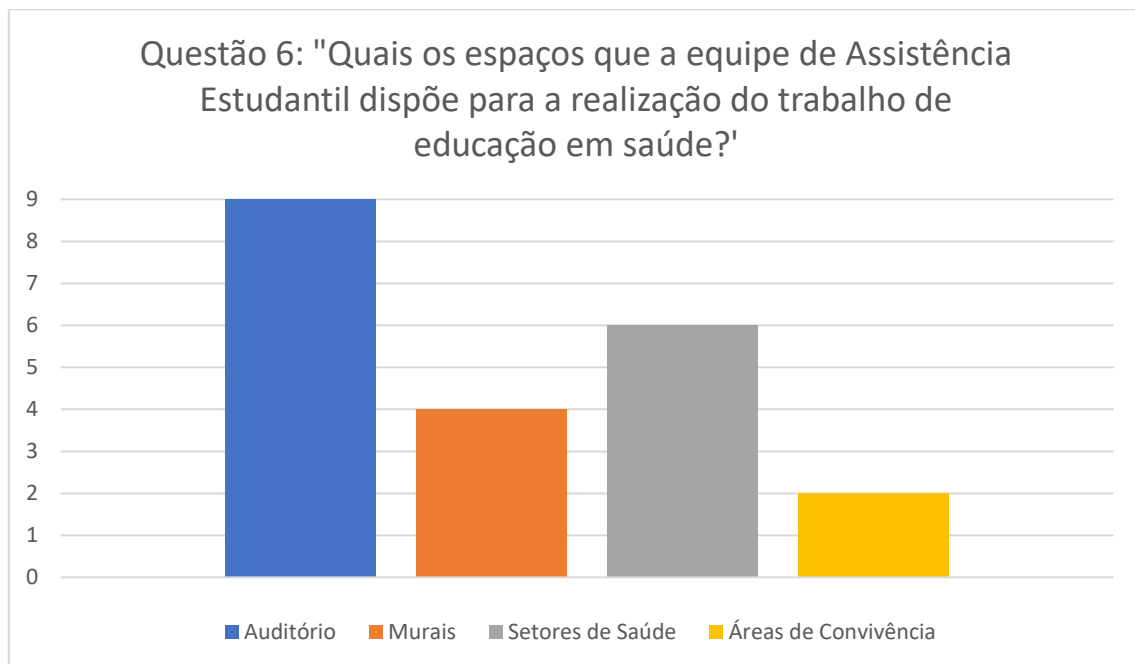
## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo da pesquisa verificou-se que, embora a EPT esteja alicerçada em uma concepção de formação omnilateral, a saúde é um tema pouco explorado nos currículos do Ensino Médio Integrado e nas atividades formais de ensino.

Entretanto, os Institutos possuem um quadro profissional de Técnicos administrativos em educação (TAEs) formados em áreas como enfermagem, medicina, odontologia e psicologia e que, como parte de suas atribuições, promovem orientações e trabalhos de prevenção de doenças e cuidado com a saúde.

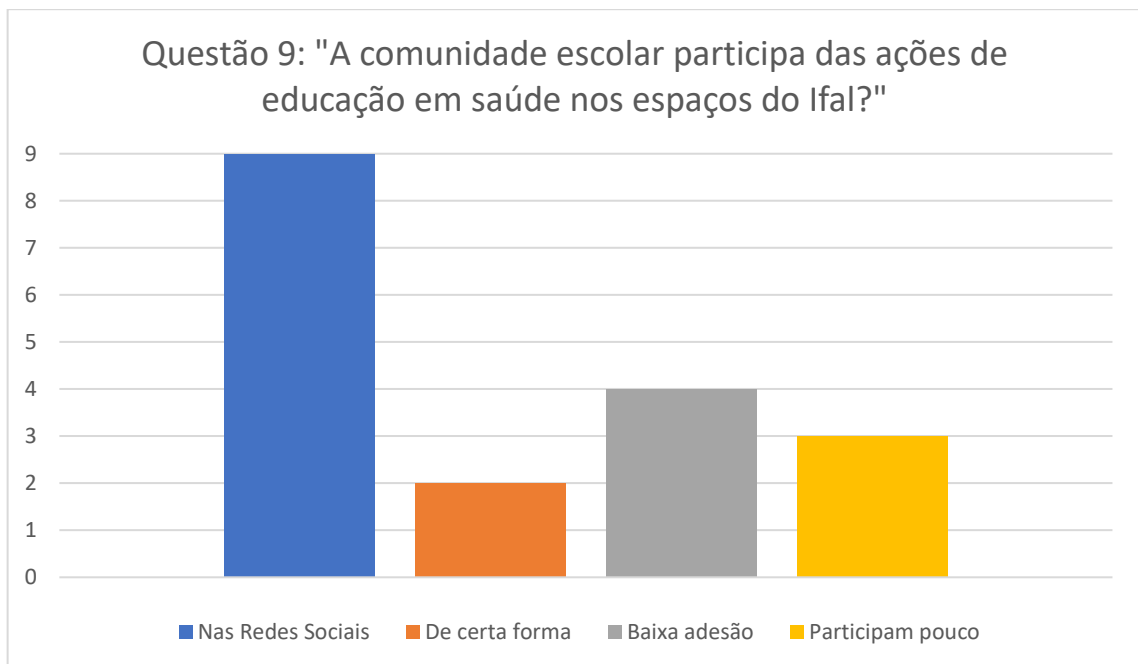
Atraves das respostas obtidas da equipe de Assistência Estudantil, a partir da aplicação dos questionários, foi possível observar a realidade de um dos Campus do Instituto Federal de Alagoas quanto as dinamicas dos espaços de educação em saúde.

Foram selecionadas as questões 6 , 9 e 12 do questionário semi-estruturado aplicado a equipe, e a fim de elucidar as respostas obtidas, foram montados gráficos que auxiliam a compreensão dos dados.



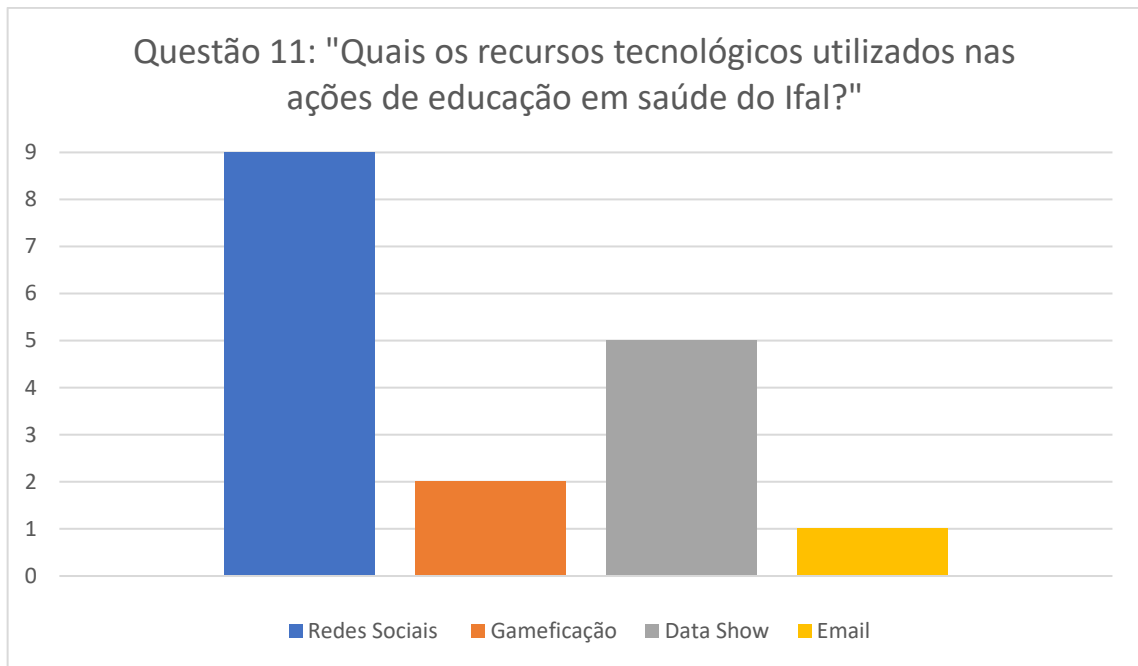
Fonte: Autores, 2023

Quando interrogados a respeito dos espaços disponíveis para a realização do trabalho de educação em saúde (Gráfico 1), os profissionais da Assistência Estudantil, de maneira unanime, apontaram o auditório como um espaço geralmente utilizado para a prática. Subsequentemente, os setores de atendimento a saúde, que proporcionam uma atenção individualizada ao usuário foram apontados como favoráveis para as práticas. Ainda foram apontados pelos entrevistados a utilização de murais e de áreas de convivência.



Fonte: Autores, 2023

Em resposta a Questão número 9 (Gráfico 2), a respeito da participação da comunidade escolar nas ações de educação em saúde realizadas nos espaços do campus, 100% dos entrevistados referiram há uma participação mais ativa através das redes sociais. Na modalidade presencial, a maioria dos entrevistados apontam para uma baixa adesão as atividades voltadas a educação em saúde, no entanto, quando ocorre uma integração com o setor de ensino é notado um expressivo aumento na participação da comunidade.



Fonte: Autores, 2023

No decorrer dos últimos anos o uso dos espaços virtuais também tem se configurado como recurso tecnológico na promoção da educação em saúde. Os dados apresentados no Gráfico 3 reforçam a relevância da utilização das redes sociais como recurso dentro dos Institutos Federais, uma vez que esta foi apontada por 100% dos entrevistados.

Verificou-se que a educação em saúde, mesmo quando realizada pelos TAEs do Ifal, por não se tratar da atividade fim, é uma atividade não-formal de ensino que disputa os espaços Institucionais com as atividades formais de ensino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a realização da educação em saúde se configure como um desafio, é possível explorar o uso dos espaços não-formais, como os murais, os corredores, as áreas de convivência e as estruturas como auditórios, salas de vídeo e salas de reuniões

Justamente por se configurar como ação não-formal, a educação em saúde pode e deve se valer dos pressupostos de uma concepção pedagógica que compreende os estudantes como seres históricos, para quem o universo cultural contribui no processo formativo.

Ao ocupar esses espaços, os profissionais da saúde fazem dos Institutos um espaço não-formal para a prática da educação em saúde e contribuem para que a EPT cumpra seu papel formativo.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério Da Educação. Secretaria De Educação Profissional e Tecnológica. Educação Profissional Técnica De Nível Médio Integrada Ao Ensino Médio. Documento Base. Brasília, dezembro de 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

IPPOLITO-SHEPHERD, J. Escolas Promotoras de Saúde Fortalecimento da Iniciativa Regional. Estratégias e linhas de ação 2003-2012. Washington: Organização Pan-americana de Saúde (OPAS); 2006.

BRASIL. Decreto n. 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 6 dez. 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1726-saudenaescola-decreto6286-pdf&category\\_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1726-saudenaescola-decreto6286-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 09 jun. 2022.

CAMARGO JÚNIOR, E. B. et al. Reflexão sobre as contribuições de Paulo Freire para a área da saúde e enfermagem. Revista Saúde Multidisciplinar, v. II, p. 95- 106, mar., 2014. Disponível em: <https://www.fampfaculdade.com.br/wpcontent/uploads/2019/03/Art.-8-REFLEX%C3%83O-SOBRE-ASCONTRIBUI%C3%87%C3%95ES-DE-PAULO-FREIRE-PARA-A-AREA-DASAUDE.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2022

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS. Política de Assistência Estudantil. Alagoas: Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), 2020. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/acesso-a-informacao/institucional/orgaoscolegiados/conselho-superior/arquivos/politica-de-assistencia-estudantil-do-ifal.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2022.

FERREIRA, T. N.; MELO, L. de O.; NUNES, C. J. M. de C. Reflexões acerca do processo educacional na graduação em enfermagem. EFDeportes, Revista Digital, n. 193, jun., 2014. Disponível em: <https://efdeportes.com/efd193/processoeducacional-em-enfermagem.htm>.